

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR

TEACHER TRAINING POLICY: THE NATIONAL PRIMARY EDUCATION TEACHER TRAINING - PARFOR

Andréa Villela Mafra da Silva

Minicurriculo:

Doutoranda em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, onde também cursou o Mestrado em Educação na linha de Subjetividade, Cultura e História da Educação. Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão em Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente professora do Ensino Superior da FAETEC no Curso de Pedagogia e nas turmas do PARFOR no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. Coordenadora do grupo de pesquisa Formação de Professores e Tecnologias Educacionais/FORPROTEC/CNPq. Pesquisadora do grupo de pesquisa Educação e Comunicação/UERJ/CNPq.

Rua Mariz e Barros, 273 - Praça da Bandeira, Rio de Janeiro - RJ,
20270-006

E-mail: av.mafra@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta alguns apontamentos sobre as políticas educacionais no Brasil, especificamente, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica - PARFOR - que é um programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os Estados, Municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES. O objetivo geral desse trabalho é descrever as ações do PARFOR no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ nos seguintes itens do projeto pedagógico do curso: a) uso das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos; b) valorização de atividades complementares previstas nas DCNs (2006) constituintes do cotidiano de professoras na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; c) consideração de “outros formatos” para o Trabalho de Conclusão de Curso que expressem a experiência docente dos alunos do curso de Pedagogia-PARFOR; d) proposta de estágio supervisionado de ensino que, para além, da redução legal de carga horária considere as vivências/atividades específicas. Metodologicamente este estudo tem como suporte os documentos que normatizam o funcionamento do PARFOR e as discussões teóricas que exigem considerar que os docentes possuem uma formação e experiência durante a qual adquiriram teorias

Form@re. *Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica.*/ Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 4, n. 2, p.43-58, jul./dez. 2016.

pedagógicas e formas de trabalho. O trabalho, foco deste texto, está sendo desenvolvido no âmbito de minha pesquisa de doutorado iniciada em 2014.

Palavras chaves: Políticas Educacionais. PARFOR. Educação Superior.

ABSTRACT

This paper presents the educational policies in Brazil, specifically, the National Policy of Teaching Professional Training of Basic Education - PARFOR - which is an emergency program set up to meet the provisions of Article 11, paragraph III of Decree No. 6755 of 29 January 2009 and implemented in collaboration between the Capes, states, municipalities and the Federal District Higher Education Institutions - IES. The aim of this study is to describe the PARFOR actions at the Institute of Education of Rio de Janeiro - ISERJ the following items of the pedagogical project of the course: a) use of communication and information technologies in educational process; b) enhancement of complementary activities under the DCNs (2006) constituents of teachers everyday in early childhood education and early years of elementary education; c) consideration of "other formats" for Work Completion of course to express the teaching experience of students of Pedagogy PARFOR; d) stage proposal supervised teaching that, in addition, the workload legal reduction consider the experiences / specific activities. Methodologically this study is to support the documents that regulate the functioning of PARFOR and theoretical discussions that require consider that teachers have training and experience during which acquired pedagogical theories and ways of working. The work focus of this text, is being developed as part of my PhD research started in 2014.

Keywords: Educational Policy. PARFOR. College education.

1 INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) apresentado em abril de 2007, pelo governo de Lula da Silva na gestão do Ministro da Educação Fernando Haddad é um plano sistêmico, cujo objetivo é melhorar a qualidade da educação no país, com foco prioritário na educação básica (BRASIL, 2007). Apresenta como ações prioritárias a formação de professores e a valorização dos profissionais da educação.

Contempla diversos programas, planos e leis que foram criados com o objetivo de formar professores para a educação básica que são: (a) o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, promulgado pelo Decreto Lei nº 6.094/2007; (b) o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (Decreto Lei nº 6.094/2007); (c) o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e

pelo Decreto nº 6.253/2007e; (d) a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica, criada em 2004, com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores e dos alunos, tendo como público alvo prioritário os professores de educação básica dos sistemas públicos de educação (BRASIL, 2007).

O PDE assegurou onze programas específicos para formação de professores viabilizados através de cursos a distância, a saber:

(1) Pró-Letramento: um programa de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. O programa é realizado pelo MEC, em parceria com as universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com a adesão dos estados e municípios (BRASIL, 2007);

(2) Pró-Licenciatura: O programa que oferece formação inicial a distância a professores em exercício nos anos/séries finais do ensino fundamental ou no ensino médio nos sistemas públicos de ensino. O Pró-Licenciatura ocorre em parceria com instituições de ensino superior que implementam cursos de licenciatura a distância, com duração igual ou superior à mínima exigida para os cursos presenciais. O programa é desenvolvido no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (BRASIL, 2005a);

(3) Proinfantil: curso em nível médio, a distância, na modalidade Normal. Destina-se aos profissionais que atuam em sala de aula da educação infantil, nas creches e pré-escolas das redes públicas – municipais e estaduais – e da rede privada, sem fins lucrativos – comunitárias, filantrópicas ou confessionais – conveniadas ou não, sem a formação específica para o magistério (BRASIL, 2005b);

(4) Programa de Incentivo à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio: tem por objetivo cadastrar instituições de ensino superior para a realização de cursos de formação continuada de professores em exercício nas redes públicas estaduais de educação. As Secretarias de Educação poderão selecionar os cursos e instituições que melhor atendam às necessidades de seu sistema quanto às ações de melhoria da qualidade do ensino. São cursos de Química, Física, Biologia,

Matemática, História, Geografia e Língua Portuguesa e Língua Espanhola (BRASIL, 2009a);

(5) Proformação: programa da Secretaria de Educação a Distância - É um curso em nível médio, com habilitação para o magistério na modalidade Normal, realizado pelo MEC em parceria com os estados e com os municípios. Destina-se aos professores que, sem formação específica, encontram-se lecionando nas quatro séries/anos iniciais, classes de alfabetização ou Educação de Jovens e Adultos – EJA das redes públicas de ensino do Brasil. Utiliza para sua consecução atividades a distância, orientadas por material impresso e videográfico, atividades presenciais, concentradas nos períodos de férias escolares e nos sábados (encontros quinzenais), e atividades de prática pedagógica nas escolas dos professores cursistas, acompanhadas por tutores e distribuídas por todo o período letivo (BRASIL, 2009b);

(6) Prolind: programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica (BRASIL, 2008);

(7) Procampo: programa de apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nas séries/anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. (BRASIL, 2009c);

(8) Prodocência: ação da Capes cuja finalidade é o fomento à inovação e à elevação da qualidade dos cursos de formação para o magistério da Educação Básica, na perspectiva de valorização da carreira docente (BRASIL, 2015);

(9) Mídias na Educação: programa de educação a distância, com estrutura modular, que visa proporcionar formação continuada para o uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação – TV e vídeo, informática, rádio e impresso. O público-alvo prioritário são os professores da educação básica (BRASIL, 2009d);

(10) Proinfo Integrado: programa de formação voltada para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela

TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais (BRASIL, 2009e);

(11) Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial: em parceria com o programa Universidade Aberta do Brasil - UAB o Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial tem por objetivo formar professores dos sistemas estaduais e municipais de ensino, por meio da constituição de uma rede nacional de instituições públicas de educação superior que ofereçam cursos de formação continuada de professores na modalidade a distância (BRASIL, 2007).

Evangelista (2009) citando Delors (1998), afirma que se o professor constitui a mais organizada categoria de funcionários públicos na maioria dos países, torna-se possível entender porque agências internacionais e governos nacionais atuam tão decisivamente na produção de políticas de formação docente. Ainda sobre o PDE (BRASIL, 2007), foram criados:

a) Cinco programas que envolvem preparo de material e estudo pelo professor: (i) Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas; (ii) Programa e Cidadania – Construindo Valores na Escola e na Sociedade; (iii) Projeto Escola que Protege; (iv) TV Escola; (v) Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

b) O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID (fomenta a iniciação à docência de estudantes das IFES, formação de docentes em nível superior, presencial de licenciatura plena, para Educação Básica pública);

c) O Programa Universidade para Todos – ProUni: programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. Poderá concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura, o professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica que integre o quadro de pessoal permanente da instituição pública.

d) Três redes: (i) Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica (universidades, para professores, alunos e gestores de escola,

formação de professores) (BRASIL, 2005c, 2008); (ii) Rede de Educação para a Diversidade: qualifica professores da educação básica: diversidade e cidadania, relações étnico-raciais, gênero e diversidade, formação de tutores e educação de jovens e adultos, educação do campo, ambiental, integral e integrada. (BRASIL, 2008); (iii) Rede Interativa Virtual de Educação – RIVED (produção, uso pedagógico e oferta de conteúdos multimídia interativos, para a comunidade educacional) (BRASIL, 2007).

e) Sistema Nacional Universidade Aberta do Brasil – UAB (BRASIL, 2006);

f) A Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica – PARFOR: política nacional de formação articulada à CAPES. O PARFOR, na modalidade presencial é um programa emergencial instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e implantado em regime de colaboração entre a Capes, os Estados, Municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES (BRASIL, 2009);

g) O Prêmio Professores do Brasil: reconhece mérito de professores das redes públicas de ensino, melhoria da qualidade da educação básica, experiências pedagógicas bem-sucedidas, criativas e inovadoras (BRASIL, 2005c).

h) O fundo de desenvolvimento da Educação Básica - Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007: Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) (BRASIL, 2007).

i) O Banco Internacional de Objetos Educacionais - portal para assessorar o professor, recursos educacionais gratuitos em diversas mídias e idiomas para todos os níveis, modalidades e áreas educacionais (BRASIL, 2009).

j) Três programas de formação de profissionais da escola: (i) Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública - qualifica gestores das escolas da educação básica pública; (ii) Profucionário: Curso Técnico de Formação para Funcionários da Educação, a distância, nível médio, redes públicas estaduais e municipais de educação básica (BRASIL, 2009); (iii) Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade: para gestores e educadores, sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2005);

l) O Programa de Gestão da Aprendizagem Escolar - GESTAR: oferece formação continuada em língua portuguesa e matemática aos professores dos anos finais (do sexto ao nono ano) do ensino fundamental em exercício nas escolas públicas. A formação possui carga horária de 300 horas, sendo 120 horas presenciais e 180 horas a distância (estudos individuais) para cada área temática (BRASIL, 2007).

m) O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação - PRADIME: Uma parceria do Ministério da Educação com a União Nacional dos Dirigentes Municipais (UNDIME), criado com o objetivo de apoiar os dirigentes da educação municipal na gestão dos sistemas de ensino e das políticas educacionais. O intuito do programa é contribuir para o avanço em relação às metas e aos compromissos do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O objetivo é oferecer aos dirigentes municipais de educação e as equipes técnicas que atuam na gestão da educação e do sistema municipal, um espaço permanente de formação, troca de experiências, acesso a informações sistematizadas e à legislação pertinente, que ajude a promover a qualidade da educação básica nos sistemas públicos municipais de ensino, focando as diversas dimensões da gestão educacional. O PRADIME desenvolve dois tipos principais de atividade: encontros presenciais e curso a distância (BRASIL, 2005c).

O Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica/PARFOR instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, o objetivo é fomentar a oferta de vagas nos cursos regulares de licenciatura das Instituições de Educação Superior (IES), gratuitos, para professores em exercício na rede pública de educação básica (BRASIL, 2009).

Em outras palavras, importa notar, que tendo em vista os princípios e metas, definidos pelo PARFOR a proposta é promover formação nos cursos de Pedagogia aos profissionais que já estão em exercício, para que atendam a exigência prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN.

Poderão participar do PARFOR presencial as instituições de educação superior públicas que estejam devidamente credenciadas no Ministério da Educação

no Brasil e que apresentem um Índice Geral de Cursos - IGC com conceito igual ou superior a 3,0. A participação das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas sem fins lucrativos se dará em caráter complementar nos casos em que a participação e a oferta de vagas pelas entidades públicas não forem suficientes para atender a demanda por formação inicial dos professores em exercício na rede pública de educação básica, e selecionadas por meio de Edital conforme disposto no artigo 5º-A da Portaria Interministerial nº 492 MP/CGU/MF, de 10/11/2011. A realização de Edital para as IES privadas sem fins lucrativos deverá ser precedida de solicitação e justificativa formal do Fórum Estadual Permanente sobre a necessidade de participação destas entidades

Os cursos de licenciatura apoiados no âmbito do PARFOR presencial são aqueles relativos às disciplinas aplicadas no currículo da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio, do Estado ou do Município. Os cursos caracterizados como *primeira licenciatura* – abrangem docentes em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior. Os cursos denominados de *segunda licenciatura* são aqueles destinados aos docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública da educação básica e que atuam em área distinta da sua formação inicial. Por fim, os cursos destinados para *formação pedagógica* são para os docentes graduados não licenciados que se encontram em exercício na rede pública da educação básica.

As Instituições de Educação Superior que aderem a política do PARFOR deverão requerer dos alunos participantes a comprovação que estão em exercício da docência na rede pública de educação básica observando que: (a) para a segunda licenciatura, a comprovação do exercício deve ser de 3 anos nos termos da Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação - CNE, de 11 de fevereiro de 2009; (b) para o curso de Pedagogia, comprovar estar no exercício da docência na educação infantil ou nas séries iniciais do ensino fundamental; (c) para formação pedagógica, a IES deverá ainda verificar a compatibilidade entre a formação do candidato e a disciplina para a qual pretende habilitar-se, nos termos da Resolução CNE/CEB nº 02/97.

2 O Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ

Os Institutos Superiores de Educação foram criados em todo o território brasileiro a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Nº 9394/96. O Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro / ISERJ tem origem na primeira Escola Normal criada no Rio de Janeiro com o nome de Escola Normal da Corte. Foi inaugurada em 05/04/1880 e passou a funcionar no Imperial Colégio Pedro II. Em 1888, a Escola Normal da Corte viu-se transferida para o Largo de São Francisco e, no mesmo ano, para o prédio da atual Escola Rivadavia Corrêa, onde permaneceu até 1914. A seguir foi transferida para a Escola Pedro Varela, na rua Joaquim Palhares, demolida há alguns anos devido às obras para a construção da estação Estácio do Metrô. Durante a administração do prefeito Prado Júnior (1926-1930), no Distrito Federal, foi construída a nova Escola Normal, em uma grande área existente na rua Mariz e Barros, próximo à Praça da Bandeira. O novo prédio foi inaugurado em 1930.

Em 1932, sendo Anísio Teixeira Diretor Geral do Departamento de Educação do Distrito Federal, obteve do então prefeito Pedro Ernesto, através do Decreto 3.810, de 19/03/1932 a transformação da antiga Escola Normal em Instituto de Educação, abrangendo todos os graus de ensino, desde o pré-escolar até o superior, tendo como objetivo prioritário a melhoria da qualidade de formação do magistério primário. Avançando no tempo, o Instituto de Educação do Estado do Rio de Janeiro (IERJ) esteve ligado até o ano de 1997 à SEEDUC-RJ, entretanto, a partir do Decreto Nº 23482/1997 passou a fazer parte da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (SECT-RJ) e, no ano seguinte, transformou-se no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro através do Decreto Nº 24.338/1998. Com essas mudanças a instituição passou a se vincular a uma mantenedora denominada Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro/FAETEC, vinculada à SECT-RJ.

3 A implantação do PARFOR presencial no ISERJ

A implantação do PARFOR presencial no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), no ano de 2013, teve como base um projeto pedagógico específico de formação para os profissionais do magistério da Educação Básica. O projeto partiu da premissa de que uma educação de qualidade pressupõe políticas de formação de professores, projetos pedagógicos institucionais diferenciados como variáveis para o desenvolvimento científico, tecnológico, ambiental, econômico e social do Estado.

Desse modo, o ISERJ oferece cursos de *primeira licenciatura* para docentes em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior. Trata-se de um projeto que tem como objetivo possibilitar ao aluno o desenvolvimento de capacidades de análises e sínteses para se apropriar de competências reflexivo-críticas e de mediação de conhecimentos sobre os conceitos de educação, formação, cultura, pedagogia, processo educativo, saber educativo, dentre outros, a partir de um enquadramento epistemológico.

Em minha análise, um dos grandes desafios das instituições de ensino superior tem sido refletir e produzir práticas de formação que possam definir e estruturar a formação profissional. A Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (BRASIL, 2006) definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem e compreendendo à docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional. De acordo com este documento, a formação do licenciado em Pedagogia deve ter como princípios orientadores a pesquisa, a docência e a gestão.

Apoiada em leituras de autores que vêm discutindo a organização do conhecimento escolar (MORAES, 2003; NORONHA, 2010) e formação de professores (CUNHA, 2006; ESTRELA, 2007; KUENZER, 2006; LIBÂNEO, 2006; SCHEIBE, 2002), interrogo-me como o curso do PARFOR no ISERJ encaminha a sua ação pedagógica no atendimento as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006)?

Observo que a organização curricular do curso do PARFOR no ISERJ prevê tratar a reflexão epistemológica sobre os conteúdos ensinados, de forma a levar o aluno a se responsabilizar com sua aprendizagem e com os procedimentos que, quando postos em ação, produzem conhecimentos válidos.

Como professora do PARFOR, atualmente, lecionando a disciplina de *Tecnologia na Educação* observo, que o fato do aluno ser, concomitantemente, inscrito no PARFOR e professor no seu campo de trabalho traz para o cotidiano da sala de aula discussões significativas capazes de vincular a teoria e a prática. Dando novo alcance a minha argumentação, a proposta de intervenção no projeto específico do PARFOR / ISERJ tem como base:

a) o uso das tecnologias de comunicação e informação nos processos educativos com o uso da plataforma moodle. Os alunos do PARFOR foram cadastrados em onze salas virtuais das disciplinas ofertadas para o 4º período do curso, sendo duas destas disciplinas eletivas. As salas virtuais criadas para os alunos do PARFOR dispunham das seguintes disciplinas: Geografia I, Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos, Matemática I, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira II, Prática Pedagógica III, Didática do Ensino Fundamental I, Ciências e Saúde I, História I, Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, Música e Filosofia (disciplina eletiva) e Cultura do/no corpo - o corpo da/na cultura (disciplina eletiva).

b) a valorização de *atividades complementares* previstas nas DCNs (2006), ao considerar que os alunos exercem à docência e as atividades a ela correlatas, em uma instituição de ensino, abrem-se outras possibilidades não somente para participante, como também para ministrante de oficinas e palestras.

c) a possibilidade de outros modelos de *Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)* que expressem as práticas docentes dos alunos do curso de Pedagogia-PARFOR. O Trabalho de Conclusão de Curso, como uma atividade de investigação, possibilita ao aluno desenvolver capacidades de análises e sínteses para se apropriar de competências reflexivo-críticas e de mediação de conhecimentos sobre os conceitos de educação, formação, cultura, pedagogia, processo educativo, saber educativo, dentre outros, a partir de um enquadramento epistemológico. O processo

de produção científica, com base nas orientações que o aluno recebe para a elaboração de seu trabalho de conclusão de curso, demanda o aprendizado da metodologia da pesquisa e a versatilidade na identificação de ideias pautadas em procedimentos de inovação e de aprimoramento profissional. Como uma produção acadêmica, o trabalho de conclusão de curso tem normas e procedimentos de pesquisa, que auxiliam a pensar uma prática que se faz reflexiva na ação que dela resulta. Em atendimento a Resolução CNE/CP nº. 01/2006 os professores formadores de professores que atuam na turma do PARFOR no ISERJ promovem, ao longo do curso, mecanismos de orientação, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas a produção da pesquisa, especialmente no decorrer de experiências propiciadas pelas práticas de ensino ou de outras alternativas de interesse do aluno (ANFOPE; CEDES; ANPED, 2004).

d) proposta de *estágio supervisionado de ensino* que, para além, da redução legal de carga horária considere as vivências específicas. No que tange, ao campo do estágio em espaços não escolares valorizar a realização de estágio na dimensão Cultural/social: práticas realizadas na instituição de ensino em que trabalham que demonstrem o envolvimento com a comunidade escolar do entorno da escola (artigo 12 e 61 da LDB. 9394 de 1996, [BRASIL, 1996]).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões relacionadas à política de formação de professores no âmbito do PARFOR foram discutidas nos Estados, Distrito Federal e Municípios, no Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação docente criado por meio da Portaria 883 de 16 de setembro de 2009. O Art. 2º assinala as atribuições do Fórum no cumprimento dos objetivos da política do PARFOR: Formular e acompanhar a elaboração do planejamento estratégico; Diagnosticar e identificar necessidades de formação dos profissionais da educação no Estado; Definir ações conjuntas para o acompanhamento e desenvolvimento da formação; propor ações específicas para garantia de permanência e rendimento satisfatório dos professores de educação básica, dentre outras (BRASIL, 2009).

Como já comentado, para decidir sobre quais intervenções seriam realizadas no Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia, da turma PARFOR no ISERJ foram considerados os documentos do Conselho Nacional de Educação sobre *Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior* e o perfil do ingressante (professores em exercício com formação de nível médio). Também as discussões provenientes do Fórum Estadual Permanente de apoio a Formação Docente foram referenciais para desenvolver os objetivos de formação docente propagadas pela política do PARFOR.

O modo como o currículo da turma do PARFOR opera no processo de ensino e aprendizagem nas salas de aulas no ISERJ possibilita que as alunas estabeleçam a relação entre teoria e prática vivenciada por elas nos ambientes de trabalho. Na perspectiva de unicidade teoria-prática: *a teoria – o conhecimento – é um momento da prática – ação –, assim como a prática é um momento da teoria e do próprio pensar* (RAYS, 1996, p. 37).

Referências

ANFOPE; CEDES; ANPED. **A definição das diretrizes para o curso de Pedagogia**. Documento enviado ao Conselho Nacional de Educação visando a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia, em 10.09.2004. Disponível em: <www.anped.org.br/200904posicaodiretrizescursospedagogia.doc>. Acesso em: 31 ago. 2016.

BRASIL. Senado Federal. Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Decreto Nº 23.482, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta o Sistema Federal de ensino. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 ago. 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental Coordenação Geral de Política de Formação. **Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica**, Brasília, DF, mar. 2005.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006 que institui as Diretrizes

Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Pró-Licenciatura**. Programa de formação inicial para professores em exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Propostas conceituais e metodológicas. Anexo II. Brasília, DF: MEC, 2005a.

_____. Ministério da Educação. **Proinfantil. Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil**. Guia geral. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2005b.

_____. Ministério da Educação. **Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (PRADIME)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=219:pradime-apresentacao&catid=149:pradime&Itemid=447> Acesso em: 31 ago. 2016.

_____. Decreto Nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Decreto/D5800.htm> Acesso em: 26 ago. 2016.

_____. **Banco Internacional de Objetos Educacionais**. Disponível em: <<http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. Decreto Nº 6.094 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 25 abr. 2007.

_____. Ministério da Educação. Decreto Nº 6.253/2007, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação regulamenta a Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Pró-letramento**: Programa de Formação Continuada de Professores da Educação Básica. Guia Geral. Brasília: MEC/SEB/SEED. 2007.

_____. Ministério da Educação. Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília/DF: MEC, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Programa de incentivo à formação continuada de professores do ensino médio**. Apresentação [website], 2009a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1360> Acesso em 04 ago. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Proformação**: Programa de formação de professores em exercício. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de educação a Distância, 2009b.

_____. Ministério da Educação. Edital de convocação Nº 09, de 29 de abril de 2009. **Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo**. Brasília: Ministério da Educação, 2009c.

_____. Ministério da Educação. **Programa Mídia e Educação**. Apresentação. [Website] 2009d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12333:midias-na-educacao&catid=298:midias-na-educacao&Itemid=681>. Acesso em: 04 ago. 2016.

_____. **Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional - Proinfo Integrado**. Apresentação. [Website] 2009e. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12333:midias-na-educacao&catid=298:midias-na-educacao&Itemid=681> Acesso em: 04 ago. 2016

_____. Ministério da Educação. Regulamento do Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência). Portaria Nº 40, de 3 de abril de 2013 **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria40-3abr13-RegulamentoProdocencia.pdf>> . Acesso em: 04 ago. 2016.

CUNHA, Maria Isabel. A universidade: desafios políticos e epistemológicos. In: _____ (Org.) **Pedagogia Universitária: Energias emancipatórias em tempos neoliberais**. Araraquara: Junqueira e Marin Editores, 2006. p.13-29.

ESTRELA, M. T. Um olhar sobre a investigação educacional a partir dos anos 60. In: ESTRELA, A. (Org.). **Investigação em Educação: Teorias e práticas 1960-2005**. Lisboa: Educa, p. 13-41, 2007.

EVANGELISTA, Olinda. **Formação docente no Governo Lula: primeiras reflexões**. Florianópolis: UFSC, mimeo. 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida e RODRIGUES, Marli de Fátima. As diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia: uma expressão da epistemologia da prática.

Form@re. *Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica*./ Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 4, n. 2, p.43-58, jul./dez. 2016.

In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 13., Pernambuco, 2006. **Anais...** Pernambuco: ENDIPE, 2006.

LIBÂNEO, José C. Diretrizes Curriculares da Pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96 – Especial, out. 2006.

MORAES, Maria Célia de (Org.). **Iluminismo às avessas**: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DPeA, 2003.

NORONHA, Olinda Maria. Epistemologia, formação de professores e práxis educativa transformadora. **Revista Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 12, p. 5-24, jul. 2010.

RAYS, O. A. A relação teoria – prática na didática escolar crítica. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Didática**: o ensino e suas relações. Campinas: Papirus, 1996. p. 33-52.

SCHEIBE, Leda. Formação dos profissionais da educação pós-LDB: vicissitudes e perspectivas. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro, AMARAL, Ana Lúcia (Org.). **Formação de professores: políticas e debates**. Campinas: Papirus, 2002.